



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0004186-95.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes**
 Requerente: **Ana Maria Caiado**
 Requerido: **BV FINANCEIRA S.A CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Dispensado o relatório. Decido.

Sustenta a autora que celebrou contrato de financiamento com a ré e (a) nas parcelas mensais, estão sendo cobrados honorários advocatícios indevidos (b) embora tenha pago a parcela vencida em 09/02/2015 e comprovado esse fato extrajudicialmente, a ré insistiu na cobrança, incluindo essa parcela no boleto subsequente, vencido em 13/03/2015, motivo pelo qual a autora não o pagou, tendo a ré recusado o pagamento parcial (c) sofreu danos morais. Sob tais fundamentos, pediu autorização para consignar em juízo as parcelas cobradas, e (a) restituição do que pagou indevidamente a título de honorários, no valor de R\$ 2.016,00 (b) indenização por danos morais (c) declaração de que nada deve em relação à parcela vencida em 09/02/2015.

A autora consignou o montante cobrado, fls. 42.

O réu apresentou preliminar de ausência de interesse processual genérica, sem o cotejo com o caso concreto. Fica rejeitada.

Quanto ao mérito, diz que não emitiu o boleto que foi pago pela autora, da parcela vencida em 09/02/2015, vez que não mantém qualquer relação com o Banco Bradesco.

Todavia, a ré não comprova sua alegação. Ademais, não se vê menor indício de falsidade nos documentos de fls. 05/06. A prova do pagamento é satisfatória e não foi razoavelmente infirmada.

Saliente-se que a autora encaminhou à ré o comprovante de pagamento, fls. 07.

A responsabilidade do réu é solidária, na forma do art. 20 do CDC, com a do banco receptor do pagamento (no caso, a Caixa Econômica Federal), caso tenha havido algum equívoco no repasse da quantia paga.

Impõe-se, portanto, a declaração de inexistência da dívida que foi paga.

Quanto ao depósito judicial de fls. 42, com o trânsito em julgado a ré apresentará o valor, com encargos e atualização até a data do depósito, referente à parcela vencida em 13/03/2015, sem a declarada inexistente. Concorde a autora, o valor será levantado pela ré. O remanescente, pela autora.

Noutro giro, a autora disse expressamente, na inicial, que jamais renegociou a dívida, que não há fundamento contratual para a cobrança de honorários advocatícios. A ré não trouxe qualquer prova a infirmar a alegação. Não trouxe, por exemplo, o contrato ou o instrumento de renegociação com a menção a honorários. Deixou de demonstrar a licitude da cobrança. Consequentemente, será condenada a restituir tudo o quanto a autora pagou a esse título. A ré, em contestação, não impugnou que o pagamento total somou R\$ 2.016,00, portanto será admitido esse, atribuído pela autora na inicial.

O dano moral pressupõe a lesão a bem jurídico não-patrimonial (não conversível em pecúnia) e, especialmente, a um direito da personalidade (GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO, Rodolfo Pamplona. Novo Curso de Direito Civil. Responsabilidade Civil. 1ª Ed. Saraiva. São Paulo: 2012. p. 55; DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Responsabilidade Civil. 19ª Ed. Saraiva. São Paulo: 2012. p. 84; GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Responsabilidade Civil. 8ª Ed. Saraiva. São Paulo: 2013. p. 359), como a integridade física, a integridade psíquica, a privacidade, a honra objetiva e a honra subjetiva. Isto, em qualquer ordenamento jurídico que atribua centralidade ao homem em sua dimensão ética, ou seja, à dignidade da pessoa humana, como ocorre em nosso caso (art. 1º, III, CF).

Todavia, não basta a lesão a bem jurídico não patrimonial, embora ela seja pressuposta. O dano moral é a dor física ou moral que pode ou não constituir efeito dessa lesão. Concordamos, aqui, com o ilustre doutrinador YUSSEF CAHALI: “*dano moral, portanto, é a dor resultante da violação de um bem juridicamente tutelado, sem repercussão patrimonial. Seja dor física – dor-sensação, como a denominada Carpenter – nascida de uma lesão material; seja a dor moral – dor-sentimento, de causa imaterial.*” (in Dano moral. 4ª Edição. RT. São Paulo: 2011. pp. 28).

A distinção entre a simples lesão ao direito não patrimonial e o dano moral como efeito accidental e não necessário daquela é importantíssima. Explica, em realidade, porque o aborrecimento ou desconforto - ainda que tenha havido alguma lesão a direito da personalidade - não caracteriza dano moral caso não se identifique, segundo parâmetros de razoabilidade e considerado o homem médio, dor física ou dor moral.

O critério é seguido pela jurisprudência, segundo a qual somente configura dano moral “aquela agressão que exacerba a naturalidade dos fatos da vida, causando fundadas aflições ou angústias no espírito de quem ela se dirige” (STJ, REsp 215.666/RJ, Rel. Min. CESAR ASFOR ROCHA, j. 21/06/2001).

Quanto ao caso em tela, a despeito das alegações apresentadas pela autora, fato é que não comprovou circunstância que justifique compensação pecuniária.

Ante o exposto, julgo parcialmente procedente a ação e (a) DECLARO que ANA MARIA CAIADO nada deve à BV FINANCEIRA S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO relativamente à parcela vencida em 09/02/2015 (b) CONDENO a ré a pagar à autora R\$ 2.016,00, com atualização monetária desde a propositura da ação, e juros moratórios desde a citação.

Sem condenação em honorários, no JEC.

A ré deverá, no prazo de 10 dias contados do trânsito em julgado, apresentar o valor, com encargos e atualização até a data do depósito de fls. 42, referente à parcela vencida em 13/03/2015, sem a declarada inexistente nesta sentença. Concordando a autora, o valor será levantado pela ré. O remanescente, pela autora. Se a ré não apresentar o valor no prazo desde já estipulado, o valor será levantado pela autora.

P.R.I.

São Carlos, 17 de julho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**